



Ao Ilustríssimo Senhor  
Carlos Augusto Santoro  
Secretário Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano  
Prefeitura Municipal de Campinas

17/10/05319 PG

14 FEV. 2017 B

REF.: Colaboração ao Plano Diretor em elaboração



Prezado Secretário,

O Instituto de Arquitetos do Brasil IAB é entidade de livre associação de arquitetos e urbanistas brasileiros, que se dedica a temas de interesse do arquiteto, da cultura arquitetônica e de suas relações com a sociedade. Fundado no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1921, o IAB é a mais antiga das entidades brasileiras dedicadas à arquitetura, ao urbanismo e ao exercício da profissão. Em Campinas, sua fundação se deu em 10 de outubro de 1957, quando da bem-sucedida promoção de um Concurso Público Nacional de Projetos para a então nova Sede da Prefeitura Municipal de Campinas - O Palácio dos Jequitibás.

O IAB é membro fundador da União Internacional de Arquitetos (UIA), órgão consultivo da UNESCO para assuntos relativos ao habitat e à qualidade do espaço construído, e do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP). Por meio da Direção Nacional, o Instituto se faz representar nos órgãos da administração federal e se vincula a entidades internacionais, com destaque para as duas anteriormente citadas e para a Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA). O IAB integra o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), órgão consultivo da estrutura do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); e faz parte do Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA), coletivo das entidades nacionais de arquitetura e urbanismo.

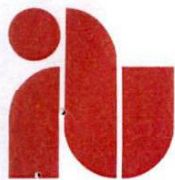
Assim sendo, mui respeitosamente, encaminhamos contribuições e sugestões para esta Secretaria, no que tange o documento publicado no sítio do Plano Diretor, em fevereiro de 2017. Desta forma, ficamos à inteira disposição para debater e apoiar vossa senhoria nesta importante construção de um plano que irá nortear o Desenvolvimento de nossa Cidade.

Defendemos a importância da Arquitetura e Urbanismo em sua essência. São estes os profissionais que se formam estudando as Cidades e os espaços construídos. São atribuições privativas deste profissional (entre outras, vide Resolução nº51 - CAU):

- Coordenação de equipes de planejamento urbano ou de regularização fundiária;
- Projeto urbanístico e de parcelamento do solo mediante loteamento;
- Projeto de sistema viário urbano;
- Projetos de acessibilidade, iluminação e ergonomia em edificações e no espaço urbano.

LEITURA GERAL

Especificamente em Campinas, as leis atuais não estimulam bons projetos. Este papel cabe (ou



## NÚCLEO REGIONAL CAMPINAS DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

deveria caber) aos instrumentos de desenvolvimento, com regras claras e aplicáveis, trâmites ágeis e objetivos (ARI é um ótimo exemplo) além de Taxas, Emolumentos e Contrapartidas com bases de cálculos transparentes e previsíveis. Enquanto leis restritivas eliminam a criatividade e transformam nossa cidade formal numa “colcha-de-retalhos” repetitivos, a cidade informal avança sobre os territórios, sem normativas, sem atenções ambientais, sociais e econômicas, onerando sobremaneira os cofres públicos e o coletivo ativo.

O Arquiteto e Urbanista precisa de autonomia para entender a Cidade, e agir na sua melhor forma. Afinal, a Cidade não é uma ciência exata. Ela se transforma com a evolução do viver. E cabe ao Arquiteto estudar esta evolução, e aplicar em seus projetos, transformando cada nova ação em laboratório evolutivo.

### PERÍMETRO URBANO X RURAL

Barreiras devem ser derrubadas. No passado, os feudos eram delimitados com muros, e quem vivia lá dentro era protegido por seu Rei. A definição de perímetros não se distancia conceitualmente daquilo que, por incertezas, era usual nos períodos Vitruvianos, a mais de 2000 anos. Qual o receio em romper barreiras, com regramentos claros, em busca de uma Cidade Melhor? Estamos num território cortado pelas melhores rodovias do País, servido pelo melhor aeroporto do Cone Sul, próximos de grandes portos, com um dos melhores parques universitários do Brasil, com laboratórios de pesquisas reconhecidos internacionalmente, atraindo um terço das maiores empresas do Mundo, e não temos coragem em inovar?

Veja na tabela simples, a comparação da Cidade Formal x Cidade Informal:

CIDADE FORMAL	CIDADE INFORMAL
<i>Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos</i>	<i>Acúmulo desordenado de entulhos</i>
<i>Abastecimento de água</i>	<i>Uso indiscriminado de águas não tratadas</i>
<i>Saneamento básico</i>	<i>Esgoto a céu aberto</i>
<i>Drenagem urbana</i>	<i>Enchentes</i>
<i>Rede elétrica dimensionada</i>	<i>Ligações clandestinas, com perigo iminente e constante</i>
<i>Proteção real das áreas de preservação permanente (APP)</i>	<i>Invasão sobre as áreas verdes, indiscriminadamente</i>
<i>Participação no rateio social (impostos)</i>	<i>Onera os custos públicos, sem contribuir</i>
<i>Tem a segurança do Estado (Polícia, Bombeiros, Saúde, Educação, etc)</i>	<i>Segue regras informais (protegidos pel tráfico, contrabando, explorações, etc)</i>
<i>Afloram o Senso de pertencimento - Participação efetiva nos ônus e bônus da vida urbana.</i>	<i>Afloram a Exclusão Social - Não há nenhuma responsabilidade formal.</i>

Regramentos claros podem nortear o desenvolvimento, trazendo impactos positivos à toda a sociedade, destacadamente em aspectos preponderantes ao índice de Satisfação ligados à Saúde Preventiva e Corretiva, à Educação de Qualidade, à Oportunidade de Trabalho, às Ofertas de Moradia e ao Saneamento Básico. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) qualidade-de-vida está atrelada ao domínio físico, psicológico, o nível de independência, das relações sociais e do meio ambiente com propostas viáveis tecnicamente para reduzir os



04  
B



## NÚCLEO REGIONAL CAMPINAS DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

alagamentos e a convivência com meio ambiente.

### INSTRUMENTOS DE REGRAMENTO

Ações como a Escola perto da Moradia, o Direito ao Sol, a Mobilidade multimodal (dando importância, nesta ordem, para a Calçada, a Bicicleta, o Transporte sobre trilhos, o BRT e por último o automóvel), o equilíbrio social em todas as regiões do Município, os Serviços Públicos próximos da demanda, são instrumentos de desenvolvimento sustentável, que devem pautar as ampliações do território, e gradativamente serem empregados na cidade existente, para que num futuro, estejamos bem-servidos. Estoques de terrenos vazios urbanos são importantes reservas para o futuro. A exigência de uso a despeito da demanda, pode comprometer intervenções futuras perante as necessidades urbanas que estão em constante transformação.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas) devem ser considerados. Devemos entender que Campinas é parte de uma Grande Rede, e como tal deve fomentar sua vocação, e também fomentar as vocações das cidades em nossa região, para que tenhamos fatura de todas as nossas demandas, retroalimentando a economia de toda a região, de forma a gerar oportunidades para todos.

Também, considerando os instrumentos de Política Urbana doutrinados pelo Estatuto da Cidade, acreditamos ser de suma importância serem adaptados à realidade de nossa cidade, com regras claras e aplicação gradual e justificada.

### CIDADE COMPACTA X ESPRAIADA

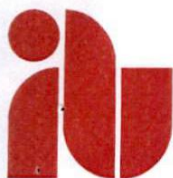
Não podemos desconsiderar o real crescimento da demanda por áreas construídas, mesmo sabendo que o crescimento demográfico para os próximos 30 anos será praticamente zero. A diminuição do número de habitantes em uma residência, do número de funcionários na indústria, nas empresas, no comércio, faz com que se projete construir em 3 décadas, 50% de tudo aquilo que foi construído nos últimos 200 anos (Segundo tese do Arquiteto e Urbanista Sérgio Magalhães).

Não se deve, de forma simplista, desejar a compactação da cidade de Campinas, que historicamente tem em sua ocupação, a opção pelo morar arejado, distante. Cidades Compactas bem-sucedidas são aquelas que sabidamente adensam núcleos temáticos por todo o seu território. Não se trata porém do Adensamento mononuclear que vem sendo divulgado pelos estudos do Plano Diretor de Campinas. É preciso uma leitura mais ampla. Novos núcleos irão surgir, com novas demandas da vida contemporânea, e é desejável que cada núcleo tenha suas necessidades cotidianas atendidas em curtos deslocamentos. Mais uma vez, interligados em rede, com toda a economia municipal.

É necessário criar políticas urbanas, desregulamentação urbanísticas, as PPP (parcerias público-privado) para criar e incentivar uma nova economia, novos serviços e fomentar nossa cidade. Exemplos como Barcelona, São Francisco e Canadá aplicaram mecanismos para estimular os famosos Clusters Urbanos (consistem em empreendimentos interligados, que trabalham em conjunto para que, em muitos aspectos, funcionem como único sistema). Janes Jacobs há 40 anos, escreveu: "as cidades precisam inovar, experimentar e se concentrar na diversidade social".

Uma legislação urbanística deve ter como mote ordenar o desenvolvimento, estimulando





## NÚCLEO REGIONAL CAMPINAS DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

soluções, mas jamais forçando vetores. O quadro abaixo sintetiza tal cenário:

LEGISLAÇÃO	DEMANDA	RESULTADO PRÁTICO
		<i>Cidade Formal, Inclusiva, Licenciada, que respeita todas as premissas definidas pela Municipalidade.</i>
		<i>Cidade Informal, com severos impactos sociais, econômicos e ambientais para toda a Municipalidade.</i>
		<i>Quando a Legislação força uma ocupação sem demanda por aquela tipologia ou localização, a baixa ocupação sub-utiliza as infraestruturas, onerando a Municipalidade.</i>
		<i>No cenário onde não há Legislação, e também não há demanda, o território tende ao abandono, não cumprindo sua Função Social.</i>

### PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Ainda que Campinas seja uma cidade com vocação para a inovação, é importantíssimo reconhecer e divulgar nosso passado tão rico. Não à toa, a Phoenix sobre a pira é parte integrante em nossa Bandeira, assim como no escudo, junto ao Café e a Cana-de-Açúcar, representando a imortalidade e as riquezas de nossa cidade. Sob o escudo ainda, está uma faixa com a divisa em latim "Labore Virtute Civitas Floret" ou, em português, "No Trabalho e na Virtude a Cidade Floresce".

Em nossa história, são vários os momentos de recomeço que cunharam nossa personalidade (o último deles, um revés político que estagnou o desenvolvimento por anos). Após cada tempestade, a Sociedade se uniu em busca de recuperar seu espaço perdido, e mais uma vez vivenciamos esse momento, lutando por um Plano Diretor que traga Oportunidades à todos.

Neste sentido, é fundamental nossa atenção à Preservação de nosso maior Patrimônio - nossa Rica História, viva em nossos exemplares Arquitetônicos, em nossos Espaços Públicos existentes e nas diversas variações culturais e sociais que a cidade abraça. Para tanto é necessário ferramentas de proteção e estímulo à preservação. A conscientização pela proteção e salvaguarda para as gerações futuras, embasada em inventários consistentes e técnicos, é fundamental. O IAB Campinas iniciou um projeto intitulado Identidade Arquitetônica de Campinas, que auxilia nesta busca.

No diagnóstico, trecho relacionado a preservação do Patrimônio Cultural Campineiro, apresentou como maneira de preservar nossa história, além de outros instrumentos, o uso da Paisagem Cultural. Paisagem Cultural é uma nova categoria de bem cultural assumida a nível de contexto internacional desde 1992 que, segundo a UNESCO – ICOMOS, 2009, P.07, a definiu como: "testemunhas do gênio criativo, do desenvolvimento social e a imaginativa e espiritual vitalidade da humanidade" sendo ainda parte de nossa identidade coletiva.

O entendimento de Paisagem Cultural propõe a consideração do patrimônio enquanto processo associado à vida e ao meio da população que a produz, reproduz e lhe atribui significado, e, nesse sentido, veicula a noção de desenvolvimento sustentável, sendo tal sustentabilidade cultural, ecológica, mas também econômica.



## NÚCLEO REGIONAL CAMPINAS DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

Entretanto, a noção de paisagem acompanha as transformações nos discursos e práticas patrimoniais, podendo-se perceber uma aproximação a seu entendimento já em cartas patrimoniais, como a ideia de “vizinhança”, na Carta de Atenas (1931), ou de “contexto ambiental”, na Carta do Restauro (1972), ou ainda sua aproximação com o entendimento de entorno ou ambiência.

O diagnóstico mostra inconsistência na definição das áreas selecionadas como Paisagem Cultural. No caso das manchas sinalizadoras de proteção apresentadas como Paisagens Culturais diagnosticadas pela FUPAM, como: açúcar, café, tecnológica ou outra, faltou um inventário concreto e estudos mais aprofundados que apontem primeiro para a existência de um patrimônio cultural a ser preservado e que o poderá levar na sequência, após os pactos realizados, para obtenção da chancela de Paisagem Cultural.

Haja vista que para se tornar uma Paisagem Cultural de acordo com IPHAN - 2009, há necessidade e obrigatoriedade de se constituir pactos entre todos os atores envolvidos para se obter sua efetiva preservação passando pelo proprietário, Ongs, associações, governo, enfim, todos aqueles interessados em preservar a paisagem cultural que está sendo abordada e para sua chancela, se comprometendo no cuidado, divulgação, proteção, conservação, restauro, reabilitação, enfim para as gerações vindouras.

O diagnóstico trata de maneira genérica nosso Patrimônio Cultural principalmente localizados atualmente dentro das áreas peri-urbanas e rurais abarcando propriedades sem valor histórico e deixando de lado muitas propriedades de significativa importância a ser preservada.

O uso da categoria de Paisagem Cultural já declara automaticamente que as áreas selecionadas estão a princípio salvaguardadas não necessitando nem do uso de instrumentos como o Tombamento ou o Registro do Patrimônio existente.

Há necessidade de se ter muito claro o porquê do uso da categoria de Paisagem Cultural e porque naquele local.

Outro ponto a ser trabalhado referindo-se principalmente ao Patrimônio Rural é em relação a sua salvaguarda e o tamanho da área envoltória do bem a ser protegido.

Temos grandes fazendas históricas inseridas em nosso território algumas inclusive dentro do perímetro urbano e que necessitam urgentemente de serem protegidas. Essa proteção deve ser muito bem pactuada entre o proprietário da terra e do bem cultural junto aos conselhos de preservação e junto ao poder público.

Sabemos que apesar da existência de instrumentos que promovem sua salvaguarda como o Tombamento e o Registro não garantem a verba necessária para sua manutenção e sobrevivência, principalmente quando se trata de grandes conjuntos de patrimônios rurais. Por isso, se faz necessário estudar saídas que contemplem tanto a preservação do bem como a geração de recursos suficientes para sua manutenção.

Boas sugestões estão sendo colhidas ao longo dos últimos 4 anos em que o IAB Campinas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, está promovendo um Fórum Internacional sobre o Patrimônio Arquitetônico - o FIPA. Em sua primeira edição, ocorreu no Auditório da Câmara Municipal de Campinas (2014). Já a segunda edição ocorreu na Universidade de Aveiro, em Portugal (2015). Na terceira edição, foi realizado na PUC Campinas (2016). A quarta edição ocorrerá em maio próximo, na Rota do Românico (Mosteiro de Pombeiro), em Portugal.





Uma das propostas, apresentada no 3º Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico, e que foi objeto de tese de doutorado na UNICAMP, foi a liberação da terra sub utilizada para futuros empreendimentos, desde que o proprietário garanta a preservação do patrimônio cultural ali existente e o deixe à disposição da população através de propostas culturais e de criação de rotas turísticas e de pesquisa. Esse Patrimônio preservado passa a ser um ordenador do território, sinalizando o caminho a ser utilizado para definir a nova expansão e ocupação territorial sustentável.

### MOBILIDADE URBANA

É difundido em todos os meios de Imprensa que Campinas está preparando um Plano de Mobilidade, com consultoria profissional e atenção efetiva da EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas. Porém, em momento algum notamos inter-relação entre os planos de Mobilidade e Diretor, nem tivemos acesso ao material em produção, nem ao menos fomos consultados para emitir nossas opiniões. De qualquer forma, Campinas precisa encarar a demanda real pela interligação multimodal, desde a Calçada até o automóvel, passando pelas ciclovias, pelos trilhos e pelos pneus - uma cidade com desenho universal, onde todos possam fazer o uso do seu direito constitucional de ir e vir, sem obstáculos, garantindo um passeio uniforme e acessível.

*"Planejamento Urbano não pode separar moradia e lazer de transporte."*

Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner.

A mobilidade deve ser planejada em conjunto com a população. ONG's como a MOBILIZE, CIDADE A PÉ, especialistas em engenharia de tráfego, arquitetos e urbanistas, devem ser consultados. O plano está sendo desenvolvido sobre a ótica do DOT, ou T.O.D (conceito utilizado nos E.U.A em 1990). Conceitualmente, é bom e na prática? Existem muitas barreiras para a promoção de projetos urbanos sustentáveis e de boa mobilidade, precisamos juntos entender a cidade que queremos para alcançá-la com eficiência.

### INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

Foi promessa de campanha do Prefeito Jonas Donizette, desde sua primeira gestão, a implementação do Instituto de Planejamento de Campinas. Não há indícios de que esta promessa esteja sendo posta em prática.

Um Instituto de economia mista, com principal acionista a Prefeitura Municipal de Campinas, com função de olhar para a Campinas do Amanhã. Sua gestão, apesar de interligada ao Poder Público, deve ser autônoma, deslocada de calendários eleitorais, para garantir continuidade ao Planejamento Urbano. Cumprindo rigorosamente a Legalidade, deve obedecer a Impessoalidade respeitando a Ética e a Moralidade. Também, é fundamental publicizar suas ações, que serão pautadas pela participação popular, resultando em leituras e ações eficientes e inovadoras, ajustando rumos para que Campinas fortaleça sua maior vocação: Ser uma cidade de Oportunidades, com Qualidade Ambiental, Economia Sólida e Equilíbrio Social.

Deverão partir deste Instituto, as promoções de Concursos Públicos de Projetos para suprir as demandas construtivas da Municipalidade, de forma a transformar Campinas numa referência da qualidade arquitetônica das edificações Públicas, dando oportunidades iguais a todos os

08  
B



## NÚCLEO REGIONAL CAMPINAS DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

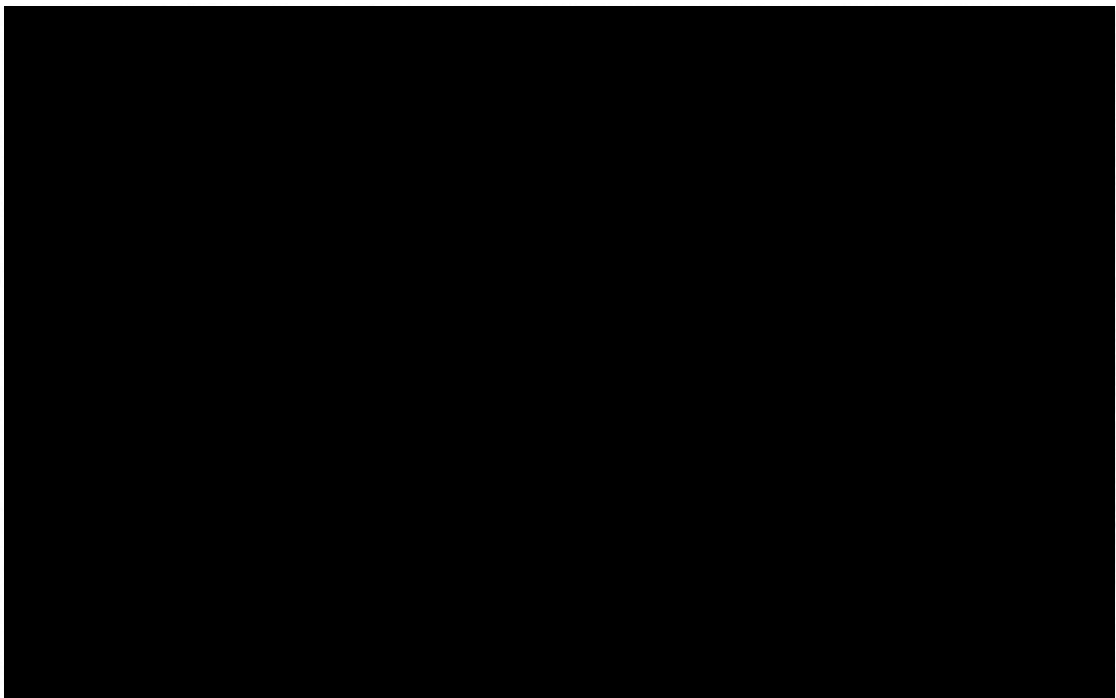
Arquitetos, para que possam trabalhar em busca da melhor qualidade espacial do ambiente construído. Um exemplo recente foi a promoção do Concurso da Casa da Sustentabilidade, em parceria com o IAB Campinas, que trouxe para pensar o tema mais de 1.000 arquitetos de todo o Brasil. Também são bons exemplos, o Palácio dos Jequitibás, a Praça da SANASA e outros.

O Instituto de Planejamento, entre suas funções, deverá coordenar as revisões e adequações dos futuros Planos Diretores, e das legislações urbanísticas, além de monitorar sua aplicabilidade.

### FINALIZANDO

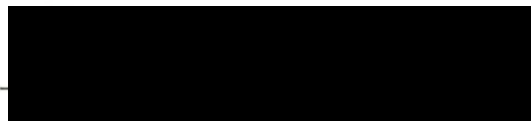
Não podemos esmorecer. Toda transformação gera sentimentos de indignação naqueles que desconhecem o tema em profundidade técnica. É do ser-humano o desejo irracional por não mudar. Mas é lícito analisar e experimentar transformações a fim de melhorar a **qualidade de vida** de toda a Sociedade. É para isso que serve o Plano Diretor.

Abaixo, os Diretores que integram o IAB Campinas no triênio 2017-2019. Todos estão devidamente nominados e com seus contatos de e-mail e telefone móvel, para que possam ser contatados a qualquer tempo:



Aproveitando a oportunidade, externamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Presidente do IAB Campinas

